

19.12.2012

Reunião do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual

Trata-se da primeira reunião com a nova composição do Conselho, após a eleição realizada no dia 22.09.2012.

Ata elaborada por Paulo Iotti (advogado da CADS) e revisada por todos(as) os(as) conselheiros(as) presentes, que a receberam por e-mail (a ata é feita o mais próximo possível das falas, mas como o seu relator não é taquígrafo, evidentemente muitas paráfrases foram feitas. Comentários entre colchetes são observações explicativas das falas, feitas pelo elaborador da ata).

Apresentação dos novos conselheiros

Felipe Oliva
Claudio/Secretaria de Cultura
Gil Santos
André Pomba
Erik Henrique
Michele Alves
Dindry Buck
Nilton Cruz Paiva
Lilian/Secretaria do Trabalho
Nina Ca\$h
Myriam Queiroz
Janaina Lima
Adriana
Stephanie

Observadores: *Ivan dos Santos*/jornalista, *André Leal*/estudante de Direito, *Clara Caetano* e *Tatiane*/estagiárias de ciência social, *Gedilson*, *Annabella Andrade*, *Monica Ferreira*/assistente social, *Wilta Andrade* e *Bruna Mozerat*.

Faltas: *Celso Ricardo Monteiro* (poder público), *Edna Aparecida Pires* (suplente), *Elieser Marcelino dos Santos* (secretaria segurança urbana), *Luz Moreira Correa de Toledo* (secretaria da educação), *Marcelo Nicolussi* (bissexuais), *Marco Antonio Roberto* (secretaria de cultura), *Marcos Deodorato* (suplente), *Maria Silva Cavasin Matano* (secretaria da educação), *Roberto Bartolomeu* (bissexuais) e *Rute Alonso* (suplente).

Franco faz a fala inicial, destacando que hoje haverá uma reunião de todos os coordenadores com a Secretária [SMPP], donde não poderá ficar até o fim, e destacando a importância de sairmos daqui com uma agenda de reuniões para o

próximo ano, para já deixarmos ela pronta para a próxima gestão, como o CMDCA [Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente] já fez, trazendo possíveis datas de reunião. Esclarece que um ano o presidente do Conselho é da sociedade civil e outro ano é do governo, sendo que o próximo precisa ser representante do governo pelo último ter sido da sociedade civil, donde como há a mudança, diz que não sabe o que o conselho pretende fazer, mas é uma discussão que precisa ser feita hoje. Gedilson fará uma fala sobre um acontecimento no CDG.

Pomba quer incluir um pedido: como no programa de governo do Haddad foi dito que vão rever a forma de eleição do conselho, quer que se faça uma carta informando que o conselho deve ser respeitado, bem como os espaços já existentes, como o CDR etc. Pergunta se a CADS tem decreto. **Franco** esclarece que a CADS está prevista na lei da SMPP e **Paulo** diz que ela está singelamente prevista na lei da SMPP mas não tem um decreto regulamentador como o CCH, no que **Pomba** indaga se a CADS pode deixar de existir se a SMPP deixar, o que foi respondido afirmativamente, caso se revogue pura e simplesmente a lei da SMPP. **Franco** acha que pode ocorrer uma visita do conselho ao novo prefeito e ao novo secretário para tratar desses temas. **Paulo** esclarece que parece que a nova secretaria será uma ampliação da atual e que, se for assim mesmo, não é obrigatório que se extinga a SMPP em prol da nova secretaria, donde eventual alteração da lei da SMPP não supõe necessariamente a extinção dela para criação de outra, embora a preocupação seja legítima.

Protesto e Pedido de Gedilson/CDG

Gedilson inicia sua fala esclarecendo que lhe foi provado que a CADS enviou e-mail resposta a seu pedido, embora dizendo que não o recebeu, mas faz o esclarecimento público sobre o tema por ter dito o contrário em rede social. Vai ler dois manifestos, um do CDG (Comitê Desportivo GLS Brasileiro) e outro da própria coordenadoria: *“Senhoras e Senhores conselheiros, sou o Erico dos Santos, presidente da ONG CD Brasil, o comitê desportivo LGBT brasileiro, entidade sem fins lucrativos como qualquer outra que busca o enfrentamento da homofobia pelo esporte, como outras ONGs não recebemos qualquer benefício do poder público, nossa entidade nasceu em 2008, temos muitos projetos engavetados que poderiam sair do papel com um pouco mais de apoio de algumas secretarias públicas, o que não vem ao caso agora. Sempre pleiteamos receber benefícios de órgãos estaduais das três esferas de governo, o que na maioria das vezes foi negado, mas outras vezes recebemos, como no caso da Secretaria de Cultura para apoio do evento do Largo do Arouche, bem como no caso da Secretaria Municipal de Esportes, por convênio, e só. Recebemos e-mails de todo o Brasil, principalmente de São Paulo, capital da intolerância e da homofobia frequentemente relatadas pela mídia, além de muitos casos não relatados, que deveriam ter mais atenção às pessoas. Deixamos de lado isso e*

vamos para a **parte interessante da história**. Em agosto deste ano entramos em contato com a CADS com a proposta de nos candidatar aos Gay Games de 2014, fomos muito bem recebidos por Franco e Eduardo, da CADS, tivemos várias reuniões, quando a CADS nos sugeriu um evento de 11 de novembro a 9 de dezembro, aos domingos, no Largo do Arouche, aonde há grande concentração de jovens LGBT. Alertamos a importância da prática de esportes para a saúde etc, propomos vários eventos para novembro e dezembro. A CADS/SMPP contrataria o CDG Brasil para executar esse serviço. Como o local é apenas uma praça e em excelente estado de conservação, a realização desse projeto exigiria durante as cinco semanas uma estrutura especial, como redes de proteção, material esportivo, insumos, materiais diversos, floreiras, banheiros químicos, tendas, material gráfico para divulgação e banners para identificação visual do projeto para o local, além da contratação de profissionais e compra de água potável para os participantes. Ou seja, haveria um custo e não era um custo baixo. De agosto a novembro houve um processo burocrático no qual entregamos todos os documentos necessários, sendo publicada a autorização no Diário Oficial do Município a autorização para contratação do CDG e da autorização da nota de empenho para o serviço em questão. Assim, com a autorização do Sr. Tomaz/CADS, realizamos todas as compras e contratações necessárias para realização do evento, pois o prazo estava apertado, já que o início era 11 de novembro. Preocupados com o não recebimento da nota de empenho, entrei em contato com a CADS para falar sobre isso, que me informou que não sabia o que estava acontecendo, mas tentaria resolver a questão da emissão do documento, mas me tranquilizou sobre a emissão e questionava sobre a divulgação, pois queria a CADS que o evento fosse um sucesso. Foi divulgado pelo site da Mix Brasil e outros parceiros, bem como facebook e pelo nosso meio. A pedido da CADS, fomos retirar material de cartilhas para entrega à população LGBT em dia de muita chuva. Em 9 de novembro, preocupados com a não emissão deste documento, entrei em contato com a CADS, com Franco informando que o evento não deveria ser realizado porque o Prefeito tinha congelado as verbas da Prefeitura. Ou seja, depois de todas as compras e providências, o evento teve que ser cancelado de última hora. Franco disse que tentaria resolver o problema de todas as formas, mas não teve retorno, Tomaz ligou posteriormente dizendo que iria apurar o ocorrido. Informou-se que não haveria dotação orçamentária, o que é uma contradição. Indaga-se: como a emissão de uma nota de empenho já autorizada poderia ser cancelada? O CDG não recebeu um centavo do Poder Público. Acabei por gastar dinheiro do meu bolso para efetivar o evento, na expectativa de ser ressarcido. Tivemos que pagar multas contratuais por banners, material de divulgação, materiais esportivos estão aqui acumulados. Tive prejuízo de no mínimo dois mil reais. E quem paga este prejuízo agora? O culpado sou eu, por achar que CADS foi criada para questões de interesse LGBT. Muitas vezes batia na porta da CADS pedindo apoio, certa vez realizei um torneio de vôlei aonde não tínhamos nem medalha

nem bola, sendo que esse pedido foi negado pela CADS porque esse tipo de material não poderia ser fornecido pela mesma. Em outra ocasião, realizamos um torneio internacional de vôlei, com equipes de toda América latina, mas não e recebemos nada da CADS, fomos transferidos, como se o evento não tivesse nada a ver com a população LGBT. Perdemos a candidatura de São Paulo para os Gay Games porque não tínhamos dinheiro para as taxas de inscrição, como se que fosse ganhar dinheiro fosse o CDG e não a cidade. Queremos combater a homofobia pelo esporte, mas somos enforcados pela falta de apoio e incentivo de um órgão que deveria tratar com amor e carinho iniciativas como essa. O sonho ainda resiste, mas seria mais fácil se houvesse diálogo com as esferas públicas, que usam e abusam de nossa contribuição obrigatória, nem sempre usada em nosso benefício. Cansei de ouvir de verbas públicas não utilizadas, achava isso um mito, mas vi que isso existe. Quem sabe agora com a iminente troca de cadeiras algo mude” [trecho transcrito durante a leitura da carta, levemente parafraseado]. Informa **Gedilson** que isso foi publicado no facebook e houve pedido para que fosse retirado do ar, e foi retirado do Facebook a pedido de alguém, mas não estou dando nomes. Na resposta da CADS, por volta das duas da manhã (será que trabalham essa hora? Se acesso da minha casa o uso é pessoal na minha opinião), à ONG CDG Brasil, informou-se que a CADS trabalha dentro do que lhe é possível resguardando sempre o interesse público, pela ótica da legalidade, impessoalidade, moralidade e transparência, princípios da Administração Pública segundo a Constituição, donde qualquer contratação só pode ser feita após os trâmites legais e fiscais, o que não foi preenchido”. Mas **Gedilson** indaga, como assim, se foi publicado no Diário Oficial a autorização à contratação? Continua a CADS dizendo que é assim porque todos os processos públicos são auditados. Informa Gedilson que decidiu ler o manifesto aqui para **cobrar dos conselheiros eleitos que esse fato não se repita**. Não acha que isso não dará em nada pela troca de gestão. Deixa uma **cobrança**: a resposta jogada às duas horas da manhã no facebook (nunca viu a CADS comentar nada que não suas próprias postagens) significa, para ele, que o perfil deve estar sendo usado de forma totalmente pessoal, deixando seu manifesto e cobrança contra essa resposta que julga pobre, por não responder o que aconteceu no evento. Hoje, dia 19.12.12, ainda temos algum tempo até o recesso, o CDG Brasil, aqui representado por Gedilson, deixa esse desabafo aos Srs. Conselheiros e espera uma resposta de maneira melhor da CADS. Agradece pela concessão da fala e espera que possa fazer uma oposição sadia para não ter que fazer outro tipo de oposição.

Franco pede a palavra para esclarecimentos. Diz que o próprio relato prova que a CADS foi até onde podia ir, até a publicação no Diário Oficial, pois quem é do Poder Público sabe que foi publicada a Portaria SEMPLA 6/2012, pela qual a SEMPLA bloqueou qualquer tipo de pagamento. Isso foi avisado desde o início ao Erico, informando a dificuldade pelo fim da gestão. Informa que foi o Erico avisado também que quando se firma um convênio, não se pode comprar nada

antes do recebimento do dinheiro, donde, se ele realmente apresentou algum tipo de despesa, que ele apresente essas despesas e notas, mas acha estranho, porque convênio não funciona como forma de reembolso, só pode usar dinheiro depois que ele entra na conta específica do convênio e isso estava informado. Franco diz que ligou para Erico dizendo que antes de receber o dinheiro não daria para gastar, pois só pode depois de receber o dinheiro, donde Erico estava informado sobre isso. Diz que ficamos chateados porque quem propôs essa atividade com o CDG foi a CADS, não temos nenhum interesse nessa situação atual, acha que houve um grande mal entendido, pois não temos como ir contra o bloqueio da SEMPLA.

Pomba diz que trabalha muito com o Centro Municipal de Juventude e que a situação é essa explicada pelo Franco. **Gedilson** diz que nada disso justifica, pois citou todas as conversas realizadas. **Franco** diz que aí fica a palavra de um ou de outro. **Gedilson** fica indignado com isso. Diz que não há compromisso efetivo. **Paulo** explica a questão jurídica dos problemas de gastos com convênio – pela formalidade estrita, só pode haver gastos após o recebimento do dinheiro do convênio na conta específica para tanto e os pagamentos só podem ser feitos através de cheques da conta específica para os valores específicos dos gastos ou saques nos valores específicos dos gastos, sendo que já houve problemas em outros processos de pessoas que gastaram o dinheiro da conta bancária pessoal e depois transferiram o dinheiro da conta do convênio para a sua, o que em tese é uma irregularidade. Por outro lado, a jurisprudência do Tribunal de Contas até aceita pagamento de despesas feitas após a vigência do convênio se coerentes com o objeto e a finalidade dele, mas não aceita os feitos antes do início do prazo do convênio – ou seja, pagamentos feitos depois do convênio em tese são irregulares e podem trazer problemas, mas há jurisprudência favorável. Esclarece ainda que não adiantaria o Franco [o gestor da CADS] autorizar o pagamento quando ele foi indeferido pela SEMPLA, porque se ele fizer isso, o Tribunal de Contas vai pra cima dele para cobrar o dinheiro respectivo, já que não foi autorizado o gasto [pelo órgão competente]. **Pomba** diz que realmente, pela sua experiência, se houve cancelamento não havia o que fazer. O que acha é que o Conselho deve ser manifestar no sentido de que, se foi emitida nota de empenho, ela não poderia não ser respeitada. Indaga se ela foi emitida. **Tomaz** informa que a publicação autoriza a emissão da nota de empenho, mas a compra de qualquer caneta, qualquer processo de aquisição, tem o mesmo procedimento, que depende de outros departamento da SMPP, logo, não da CADS. Salvo engano foi publicado no final de outubro que considerando a necessidade de disciplinar o encerramento orçamentário, resolveu-se que as unidades orçamentárias não poderiam usar reservas e empenhos a partir de então, exceto as expressamente autorizadas pelos secretários que esta publicação. Continua Tomaz falando que depois que saiu essa portaria, todos os trâmites legais foram adotados, o Chefe de Gabinete da SMPP adotou as providências cabíveis, encaminhando o processo para a Secretaria de Planejamento (SEMPLA) para

vermos se poderíamos empenhar os valores deste processo e de outros, mas a SEMPLA não aprovou o referido gasto, logo, a CADS não tinha mais o que fazer. **Viram o nosso pedido [da CADS] e o negaram** [tudo conforme o processo n.º 2012-0.249.802-3]

Gedilson indaga Tomaz sobre a fala da CADS de que por exigência legal toda e qualquer contratação só pode ser feita após o preenchimento dos requisitos legais, o que não teria ocorrido – essa afirmação diz que o CDG não preencheu os requisitos. Diz que solicitará de forma oficial quem deu essa resposta pelo perfil institucional da CADS, porque até aceita que a verba tenha sido congelada, mas afirmar em resposta dita oficial que o CDG não teria preenchido requisitos legais e fiscais, não é correto. **Tomaz** reitera que em qualquer contratação, e isso é assim com milhões de processos, a ONG deve estar documentalmente regular segundo a Lei 8666 – primeiro tinha que ter autorização da subprefeitura para que atividade fosse exercida em local público, Eduardo/CADS conseguiu isso para realização do evento no espaço público. Salvo engano, em 10.10.12, a certidão de tributos mobiliários estava vencida, donde entrou-se em contato com Erico explicando que a Assessoria Jurídica da SMPP falou que também a certidão de FGTS estava vencida, sendo que o Erico só conseguiu regularizar tudo no dia 30 de outubro, quando, com a regularidade fiscal comprovada, encaminhamos o processo para o Chefe de Gabinete para ele encaminhar o caso para a SEMPLA, órgão responsável [conforme supra explicado]. Quando ele viu que tudo estava em dia, foi publicado no Diário Oficial o despacho autorizando a emissão da nota de empenho, mas isso ocorreu na mesma data em que foi publicada a citada portaria que congelou os valores. **Gedilson** diz que há um erro, pois se a chefia de gabinete autorizou, autorizado estava. **Franco** disse que todo esse trâmite mencionado pelo Tomaz fez com que o processo demorasse para andar e que a CADS fez tudo que estava ao seu alcance para viabilizar o evento, pois é claro que a CADS não tem nada contra o CDG e o evento em questão, mas a questão saiu do seu alcance.

Pomba indaga se pode ser revalidada a nota de empenho ou se tem que começar do zero. **Tomaz** diz que desconhece mecanismos para se “revalidar” notas de empenho, o que se pode dizer é que neste caso a última instância foi usada e que é assim em todo e qualquer processo.

Nilton diz que realmente só se pode fazer algo após receber o dinheiro público, donde não poderiam ser usadas notas anteriores ao convênio. **Gedilson** diz que o CDG não pretende apresentar nota nenhuma para reembolso, o que querem é algo próximo do que o Pomba disse, pois, já que a responsabilidade da CADS foi até um patamar, queremos deixar a situação clara ao conselho, seja para começar o processo do zero ou não. Está aqui para mostrar seu descontentamento com fato verídico. **Nilton** indaga se, se estavam cientes como funciona o convênio, por que gastaram o dinheiro? Não quer colocar culpa no

CDG, mas entender a situação. **Gedilson** diz que o CDG quer a preservação daquele espaço (daquela praça), donde contratou uma empresa para confecção de uma rede de proteção para que as bolas das atividades esportivas não fossem para a rua, e que é preciso um prazo de pelo menos quinze dias para que a rede fique pronta, assim, não dá para esperar uma nota de empenho que sai um dia antes porque as contratações demandam tempo, essa foi a preocupação do CDG. Afinal, o responsável pelo evento é o CDG, não a CADS, e a empresa tinha quinze dias para isto providenciar.

Pomba diz que já se perdeu seis mil reais da Virada Cultural pelo atraso de entrega de documento na Secretaria de Cultura, foi-lhe dito que podia pedir o reembolso, mas não sabe se isso é possível aqui. **Gedilson** diz que o evento não ocorreu e que o CDG não vai apresentar notas sobre os seus gastos, quer apenas expressar seu descontentamento com a situação. Fizeram o possível para resguardar o espaço da forma como foi encontrado, mas não havia como fazê-lo sem que houvesse os gastos do CDG, logo, não há interesse momentâneo nenhum de entregar a quem quer que seja de entregar as notas fiscais de um evento que não ocorreu, apenas demonstrar descontentamento. **Felipe** indaga em que momento a nota de empenho é emitida. **Paulo e Tomaz** explicam que, pela formalidade legal, primeiro há autorização da celebração do convênio, depois é emitida a nota de empenho [autorizando o depósito na conta do convênio], depois assina-se o contrato e, por fim, liquida-se a nota de empenho, depositando o valor na conta específica do convênio. **Felipe** esclarece que várias outras pessoas foram favoráveis à fala de Gedilson, e quer sabe o que exatamente ele deseja, por não lhe estar claro. **Gedilson** diz que é exatamente o que o Pomba propôs, que o Conselho fale com o próximo coordenador e gestores de CADS para apresentar novamente esse projeto, já que o processo em questão já se extinguiu, pois o projeto tem sua importância na sua realização no Largo do Arouche.

Gil disse que concorda que o conselho encaminhe o tema ao próximo coordenador para que isso aconteça, pois não se pode sair da gestão. **Lilian/Secretaria do Trabalho** diz que não vai defender nem um lado nem outro, só esclarecer que nunca viu algo assim acontecer e que viu que muitos convênios surgiram e não houve o que fazer porque já sabíamos que haveria transição, mas, analisando os dois lados, acredita que devem ser verificadas as possibilidades jurídicas referentes ao caso. **Felipe** diz que a responsabilidade de tocar o projeto tem que ser do CDG, mas o Conselho tem que apoiar e fiscalizar o tema, com o que **Gedilson** concordou [após alguns debates que mostraram que foi isso que ele quis dizer], pois não quer que o conselho assine o projeto junto com o CDG, mas que o conselho endosse esse pedido. **Janaina** lembra que para endossar um projeto é preciso lê-lo antes. **Felipe** diz que não há condição de endossar, que significa escrever, firmar junto [pois quem tem que assinar é o CDG], então propõe que se acompanhe e apresente com o CDG, mas no

seguinte sentido, que o Conselho acompanhe o pedido e que o Conselho busque a sua aprovação. **Annabella** diz que Dra. Vanessa/Defensoria Pública tem o aparato para ajudar nisso, donde propõe que apresente também a ela. **Felipe** teme que isso não seja do escopo da Defensoria, no que **Annabella** diz que ela faz isso com a ONG dela donde poderia fazer com o CDG também. **Paulo** diz que essa é uma outra alternativa, mas que estamos discutindo aqui a forma de o Conselho atuar, donde a atuação da Defensoria seria outro tema.

CLS: o CDG apresentará o projeto ao Conselho numa reunião oportuna para ele o analisar. O Conselho apoiará o encaminhamento, mas precisa primeiro conhecer o projeto, comprometendo-se a encaminhá-lo.

Miriam pede a palavra. Pela troca de gestão, queria fazer um agradecimento a todos os conselheiros que participaram e estiveram desde a primeira gestão e os novos aqui presentes/eleitos, diz que está aqui praticamente desde a primeira gestão, há oito anos, e participou da CADS em todo esse período. Cita nominalmente militantes que participaram, agradece Franco e Cássio (gestores da CADS), Eduardo Cardoso e outros da CADS e diz que deseja que o Conselho cresça e pressione a Prefeitura para implementação de políticas pró-LGBT.

Felipe pergunta a pauta. **Paulo** diz que Franco pediu para tratarmos da questão da Presidência do Conselho (alternância Sociedade Civil e Poder Público), datas de reuniões de 2013 e funcionamento ao conselho. **Pomba** reitera que a pauta está sempre aberta. **Felipe** deseja que decidíssemos sobre uma nota de repúdio à SABESP, pela demissão transfóbica de Jacquelyne Silva, nota de solidariedade ao Baliera pela agressão homofóbica sofrida e uma carta aberta ao Haddad. **Pomba e Paulo** propõem, sobre caso da Jacquelyne, que primeiro ela venha aqui e explique seu caso para que o Conselho possa se manifeste. **Felipe** explicou o caso, consoante a carta aberta publicada pelo Setorial LGBT do PSTU.

CLS: o Conselho enviará um ofício à SABESP pedindo esclarecimentos sobre o motivo da demissão da Jacquelyne. **Felipe e Paulo** farão a minuta e a encaminharão à lista do Conselho.

Felipe diz que não podemos esperar cada reunião porque problemas surgem dia a dia, assim, diz que precisamos termos uma *política de comunicação* para que as pessoas saibam das atividades do Conselho. **Pomba** diz que por isso existe a lista do e-group e o blog do Conselho, aonde no qual são publicadas as atas, mas

relata que têm havido muitos problemas, por conselheiros não receberem e-mails da lista.

CLS: **Felipe** mandará minuta de carta aberta ao Haddad para o Conselho discutir e finalizar.

Erik indaga se o grupo do facebook será aberto a qualquer pessoa ou só aos conselheiros (grupos fechados ou abertos). **Felipe** sugere ser aberto a todo mundo e a lista do e-group permanecer como algo fechado entre os conselheiros.

CLS: será criado um novo e-group e um facebook do conselho para discussões de temas relevante entre as reuniões, com melhor atualização do blog. **Janaina** criará o novo e-group e moderará juntamente com **Gil**. **Erik** ficará responsável pelo blog do conselho. **Felipe** criará grupo do facebook e uma página do conselho.

Lilian e Pomba lembram que a CADS oficia secretarias para que indiquem os novos conselheiros do Poder Público.

Presidência, Datas e Funcionamento do Conselho

Paulo explica funcionamento do conselho – sempre foi dito que faltas injustificadas podem levar ao *impeachment* do conselheiro, mas isso é algo que precisa ser definido pelo regimento interno do conselho, que até hoje não foi aprovado, e que salvo engano isso não está previsto no Decreto do Conselho. Explica que o regimento interno deve definir o modo de funcionamento do Conselho e a definição das datas das próximas reuniões.

Pomba diz que é complicado fazer o calendário do ano que vem, que pode ser alterado, mas sugere que as reuniões se iniciem às 17h00 independente da presença do Poder Público. **Paulo** pergunta a **Lilian** porque ela disse que servidor público não pode falar como tal fora do horário de trabalho. **Lilian** diz que é por força do regimento dos servidores públicos. Diz que não tem a proteção ou a autoridade do Poder Público fora do horário de trabalho, a menos que isso seja regulamentado de alguma forma. **Felipe** diz que isso parece formalismo, pois o conselho deve funcionar em prol da sociedade civil, com preferência à sociedade civil. **Pomba** diz que é complicado, pela legislação. **Lilian** diz que, iniciando-se às 17h00, com reuniões de duas horas, pode falar algo que não seja legalizado, o que teme por essa voz não ser validada. **Paulo** sugere que primeiro se apure qual o artigo de lei especificamente não autoriza,

mas, independente disso, como solução de meio neste primeiro momento, que as reuniões comecem às 17h00, dê-se prioridade para as demandas do Poder Público das 17h às 18h, pois estaremos aqui no seu horário de trabalho, e das 18h às 19h trabalhem-se as demandas da sociedade civil. **Lilian** diz que às 17h é um horário possível.

CLS: próxima reunião dia 23.01.2013, às 17h00, no auditório da SMPP. O Conselho estudará o que é juridicamente possível fazer para autorizar participação do Poder Público fora do horário comercial.

Carta Aberta ao Haddad

Felipe Oliva lê a seguinte minuta de carta aberta – que encaminhará por e-mail e que trata dos seguintes pontos:

- Haddad terá agora muito tempo para se reabilitar pelo veto ao kit escola sem homofobia quando Ministro da Educação;
- Haddad deverá implementar o enfrentamento da homofobia
- A eleição do Conselho deverá continuar a ser direta
- Julian Rodrigues não é pessoa adequada para ser o novo coordenador da CADS, por defender eleição indireta e seu histórico na militância, como a agressão a Agatha na II Conferência Estadual LGBT.

Sugestões: **Pomba** diz que é preciso citar o CCH. **Paulo** sugere que se cobre a liberação de cargos de advogados e psicólogos, pois só há um psicólogo voluntário e tecnicamente não há advogado porque o cargo atual de Paulo é da Secretaria de Governo, logo, mencionar que é preciso liberar cargos e verbas respectivas. **Pomba** acha que deve ser citado que Haddad ele foi eleito e representa todos, logo, sem menção a que muitos votaram nele [como citado na minuta lida por Felipe]. Acha importante a criação do CRD [Centro de Referência da Diversidade] na Zona Leste, que Franco conseguiu e já está previsto no orçamento, mas falta implantar. Logo, acha que a carta deve lembrar que há rubrica no orçamento para implantação do CRD na Zona Leste, local que foi escolhido pelos dados do *Mapa da Homofobia Denunciada da Cidade de São Paulo*. **Janaina** concorda com o Pomba, mas complementa que não há necessidade de citar Julian na carta e a questão da Agatha na carta, pois primeiro teríamos que discutir aqui o que aconteceu na II Conferência Estadual LGBT para todos terem ciência. Afinal, se Julian for realmente indicado o coordenador da CADS, teremos que trabalhar com ele. **Gedilson** diz que fez campanha no facebook contra a vinda de Julian para a CADS, com um texto que lhe foi dado para tanto, e foi processado por Julian. Assim, faz questão de se posicionar contrariamente à indicação de Julian, por todo o histórico de brigas dele dentro

do Movimento LGBT. **Pomba** não se preocupa nem com a questão do processo, mas acha que não seria interessante a manifestação. **Erik** sugere que se mencione preocupação “com os nomes que estão sendo apresentados” e que o Conselho quer uma pessoa com o perfil X, Y e Z. **Felipe** fala em acrescentar a questão do CCH e do CRD na carta, bem como cobrar o cumprimento das promessas, por já serem pontos de consenso. **Mirian** diz que o prefeito nem assumiu ainda, no que **Pomba e demais** lembram que é preciso pressioná-lo pelo que temos ouvido e lido. **Pomba** sugere que o Conselho sugira que o próximo coordenador da CADS seja uma pessoa travesti ou transexual, que são os segmentos mais marginalizados da população LGBT. **Lilian** acha que o conselho não pode “exigir”, porque ele é consultivo, e afirma que todos os aqui presentes têm responsabilidade política pelo aqui decidido. Diz que o conselho deve “sugerir”. **Felipe** diz que Lilian tem uma visão do Conselho e que ele tem outra. **Pomba** sugere que o Conselho sugira que o nome seja um parceiro do Conselho. **Felipe** sugere que o parágrafo do Julian seja discutido por e-mail. **Pomba** diz que a carta está praticamente acertada, só estando em dúvida sobre se menciona ou não o nome de Julian e sobre indicar uma TT para coordenadora da CADS, donde se deve decidir tais temas agora. **Lilian** acha que não é o momento nem temos instrumentos para um embate com o Prefeito. **Paulo** apenas ressalva que o Conselho pode “exigir” *politicamente*, embora *juridicamente* seja um órgão “consultivo”, afinal, a decisão é sempre do Prefeito ou do Secretário, que a toma soberanamente, a “exigência” é política, muito embora concorde que, neste primeiro momento, sem divergência concreta com o Prefeito, o ideal é a carta falar que o conselho “sugere”, sem um embate. **Lilian** acha que o tom não deve ser beligerante neste momento. **Janaina** não vê necessidade de citar Julian, Agatha e PT.

Votações sobre a Carta Aberta ao Prefeito

Decidiu-se, por 8x3 e uma abstenção, definir a carta agora.

Decidiu-se, por 8x2 e duas abstenções, por não citar Julian na carta, mas que o Conselho pleiteará que o nome indicado passe pelo Conselho e que seja um(a) travesti ou transexual.

CLS: Felipe mandará minuta para o e-group do conselho